

Esta reportagem é o resultado de dois anos de pesquisa.



A GUERRA CONTRA O ESQU

Como os aikewáras sobreviveram à pior de todas as torturas: a indife

Impontualmente às 10h40, Diócles Rocha de Aguiar, o Júnior Bacana, chega ao hotel em que me hospedei em Marabá, dirigindo uma caminhonete Mitsubishi Triton branca bem velha. Ele é o funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai) que me levará à Terra Indígena (TI) Sororó. Lá, encontrarei quatro dos catorze aikewáras (“povo daqui”, no idioma local) indenizados em 2014 por torturas sofridas

durante os anos 1970, praticadas por agentes do Estado. “Demorei?”, pergunta Bacana, sem perceber que estava uma hora e meia atrasado. Era janeiro de 2015 e começava, assim, minha viagem rumo a uma parte obscura da história do país. Viagem essa que não terminou com meu retorno à chamada “civilização”, pois levou muito tempo para compreender todos os lados do conflito que ali ocorreu.



Rio Araguaia, na altura em que divide as cidades de São Geraldo (PA) e Xambioá (TO): principal foco dos combates entre a Guerrilha e os militares.

ECIMENTO



rença da sociedade.

Reportagem de Thomas Gonçalves

O percurso é longo: são 150 km até a reserva, que fica próxima a São Domingos do Araguaia, no sudeste paraense, quase na divisa com Tocantins. A duração do percurso não se deve somente à distância ou ao estado das estradas – a famosa BR-230, a Transamazônica, e a BR-153, cujas condições naquela região são razoáveis. Júnior Bacana não perde a oportunidade de parar e cumprimentar alguns moradores

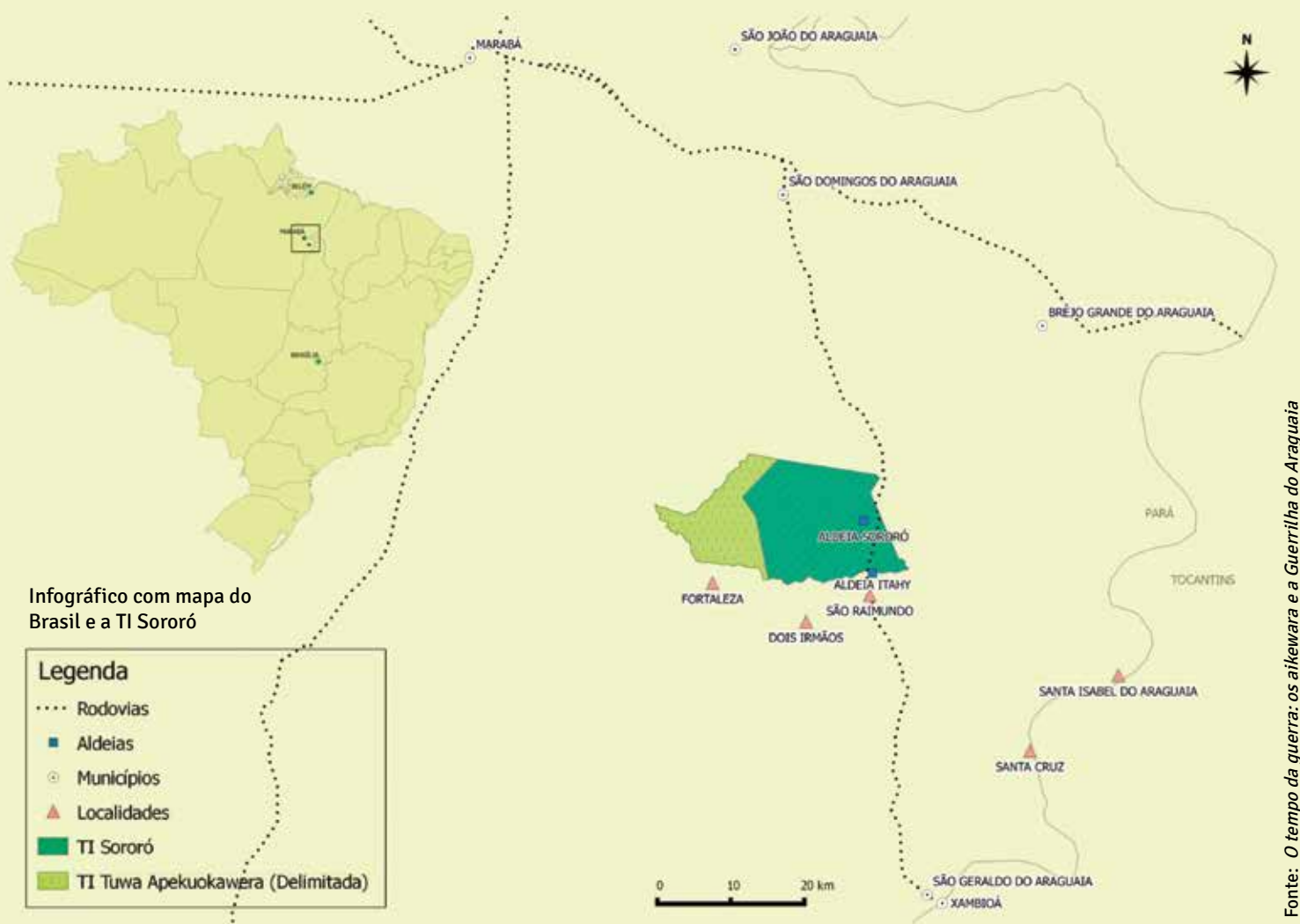
ao longo da rodovia, como Dona Rosa, que mora em um casebre de madeira e nos serviu um bem-vindo suco de carambola para aplacar o calor equatorial.

Engana-se, todavia, quem pensa que isso é mera obrigação social. É importante ter a maior quantidade possível de amigos quando a função é defender interesses indígenas em terras cheias de madeireiros, pecuaristas, garimpeiros e posseiros. “Já perdi a conta de quantas vezes colocaram minha cabeça a prêmio”, garante Bacana, que sonha com a aposentadoria após trabalhar quase trinta anos para a Funai. Não é difícil imaginar que as histórias dele sejam apenas para impressionar. Porém, ao pararmos na última vila antes da Terra Indígena Sororó para comprar mantimentos, tenho uma incômoda confirmação da fama violenta daquela região: o nome do lugar é Some-Homem.

A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Alguns minutos depois, chegamos à porteira da Terra Indígena Sororó, à beira da estrada, muito similar a uma grande propriedade rural, delimitada por cercas de arame que se estendem por quilômetros. A TI Sororó tem uma área de 26.258 hectares, abrangendo os municípios de Marabá, São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia – o que equivale a uma área quatro vezes maior do que a da ilha de Manhattan, em Nova Iorque. É tradicionalmente ocupada pelos aikewáras, que, pelo censo de 2014, realizado pela Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde, compõem uma população de 383 indivíduos. O que torna a TI Sororó notória é sua relação com a Guerrilha do Araguaia, movimento armado de inspiração maoísta que, entre 1967 e 1974, desafiou a ditadura militar no Brasil.

Esses dois mundos tão distintos – a vida tradicional indígena dos aikewáras e a luta promovida pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), então na clandestinidade – se encontraram inicialmente devido ao projeto de levante planejado pelos guerrilheiros. Assim como ocorreu na China, em 1949, os militantes do PCdoB esperavam mobilizar camponeses para incitar uma revolta popular que tirasse os militares do poder e instaurasse um governo socialista no país. Ao se instalarem ao longo do rio Araguaia,



Fonte: O tempo da guerra: os aikewara e a Guerrilha do Araguaia

tentaram, por seis anos, se aproximar dos posseiros da região, que viviam em estado de miséria, explorados por latifundiários. Os guerrilheiros ignoravam a presença dos aikewáras nas imediações, mas atravessavam constantemente seu território.

Os militares descobriram os planos do PCdoB e debelaram a guerrilha ainda em estágio inicial. Para os aikewáras, essa proximidade geográfica com os insurgentes trouxe problemas. As primeiras incursões das Forças Armadas nas redondezas, em 1970, já começaram a afetar o estilo de vida tradicional dos indígenas. A construção de postos de operação, de uma base em Xambioá e de estradas vicinais – especialmente a OP2, que se transformaria na BR-153 e cortaria o território aikewára no meio – seriam vetores adicionais de urbanização que ameaçariam as demarcações da Terra Indígena Sororó, que, à época, ainda não esta-

Militares invadiram a aldeia e aterrorizaram os indígenas, ameaçando-os e queimando moradias e estoques de comida para que não fossem usados pelos guerrilheiros.

va homologada. Isso criaria questões territoriais dos aikewáras que se mantêm ainda hoje.

O posterior recrudescimento dos combates e o início das operações de guerra trariam violência não apenas aos indígenas, mas a toda população local. Durante a primeira operação em que ocorreu confronto com os guerrilheiros, em 1972, houve crimes contra os aikewáras, prática que seria mantida até 1975, quando a aldeia foi finalmente desocupada pelas Forças Armadas. Militares invadiram a aldeia e aterrorizaram os indígenas, ameaçando-os e queimando moradias e estoques de comida para que não fossem usados pelos guerrilheiros. Os militares exigiram que os aikewáras os ajudassem a encontrar os revoltosos. Enquanto alguns homens jovens eram obrigados a acompanhar soldados mata adentro, os demais aikewáras eram mantidos no centro da aldeia, dormindo ao relen-

to, passando fome e sem poder prosseguir com seus afazeres cotidianos, conforme o relatório *O tempo da guerra: os aikewáras e a Guerrilha do Araguaia*, disponível no site da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

A ALDEIA SORORÓ

A Terra Indígena Sororó tem duas aldeias: Itahy e Sororó, que é a principal. Ao contrário do que se possa imaginar, os aikewáras já não vivem mais em ocas. Adquiridas por meio do programa Minha Casa, Minha Vida, um conjunto de casas brancas de alvenaria idênticas se enfileira em torno de uma grande praça retangular central, onde existem um pequeno campo de futebol e um caramanchão com teto de sapé, chamado de *taquapucu*, local em que moradores realizam confraternizações. Todas as casas têm um “puxadinho” de madeira e teto de palha que ajuda os habitantes a matar a saudade do antigo estilo de vida. Algumas têm pintados escudos de time de futebol ou alguma propaganda política na fachada frontal. Nas garagens, é possível ver veículos de diferentes portes e, pela aldeia, proliferam antenas

parabólicas e postes de luz. Mesmo aqui, os apelos da modernidade são irresistíveis.

Não há muitas pessoas na aldeia. Nessa época do ano é período de chuva, quando os aikewáras se embrenham por dias na floresta para colher castanha-do-pará, a principal fonte de renda deles. Chegamos por volta das 13h, pouco após o almoço, e era possível ver a maioria sentada à soleira das casas, protegendo-se do sol. Júnior Bacana me leva até a frente de uma residência maior, com varanda, em que havia umas oito pessoas. Entre elas, um adulto que ri enquanto brinca com algumas crianças. Bacana desce do carro e se junta à brincadeira, demonstrando afinidade com o grupo. O jovem é Mairá Suruí, cacique da aldeia – *morubixawa*, na língua deles.

Foram necessários por volta de seis meses para conseguir autorização da Funai para entrar na Terra Indígena Sororó e falar com os aikewáras. Quando cheguei, eles já sabiam de minha ida e do objetivo de minha visita, tendo concordado em colaborar. Ainda assim, eram necessários certa deferência e tato no primeiro contato. Até porque

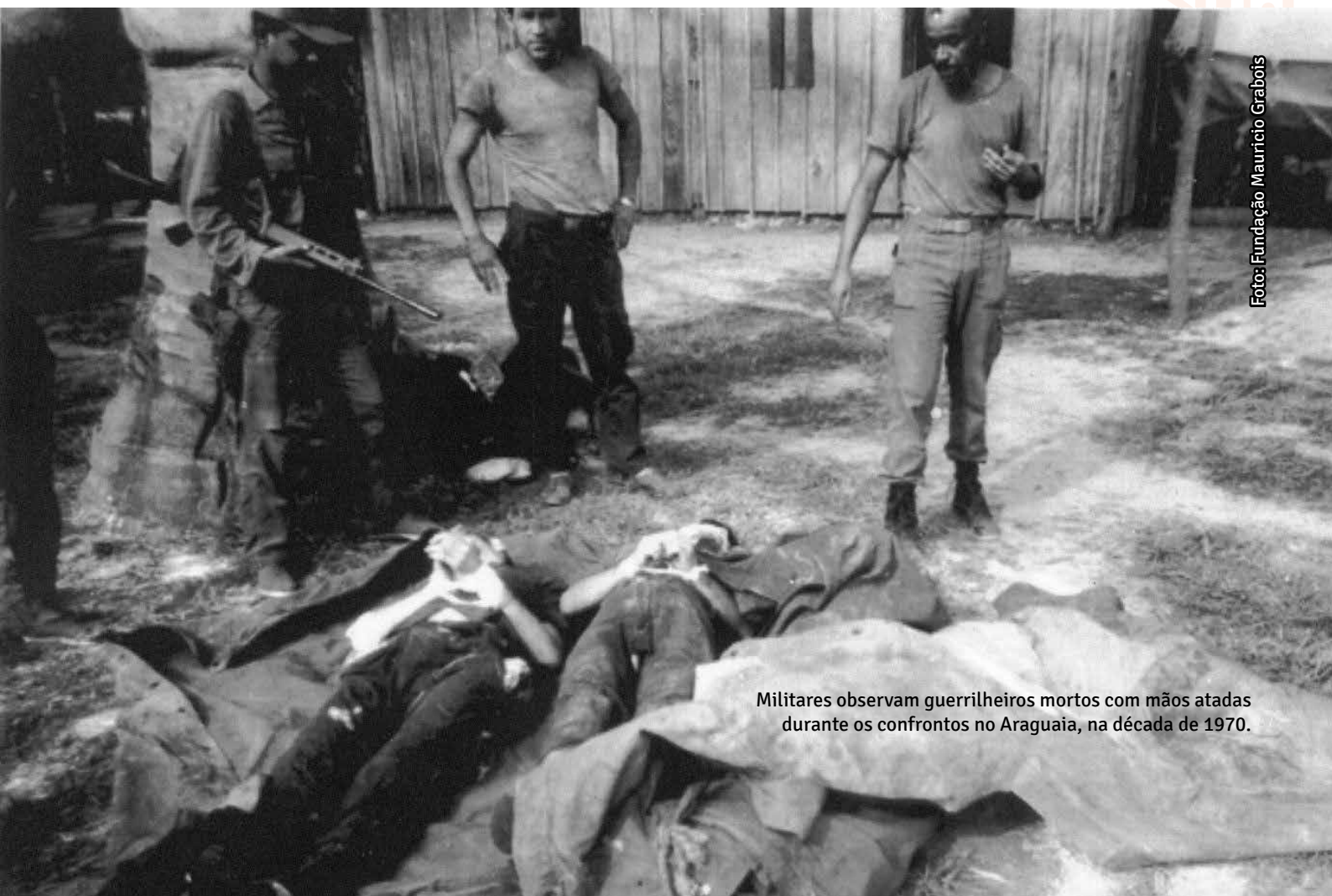
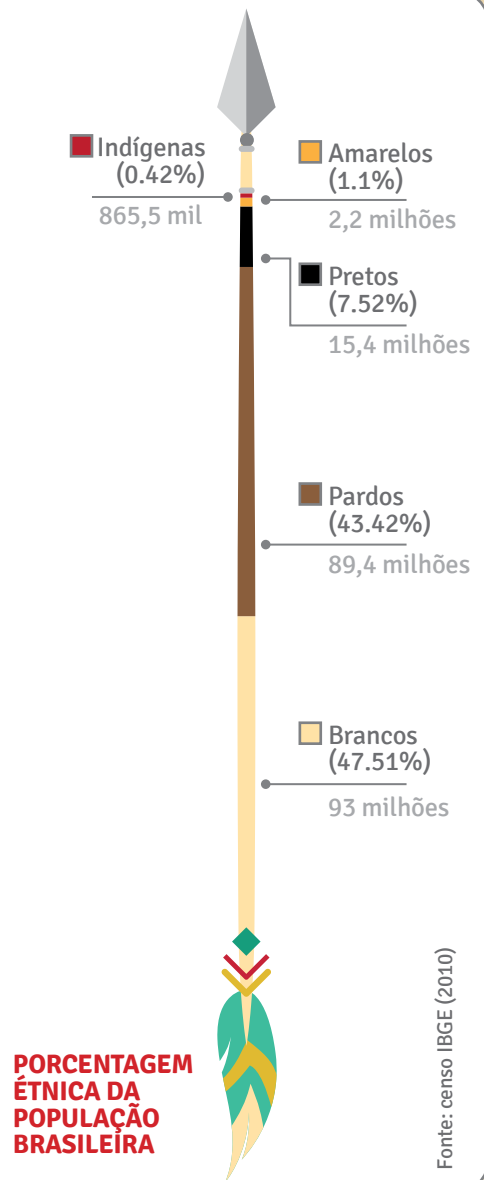
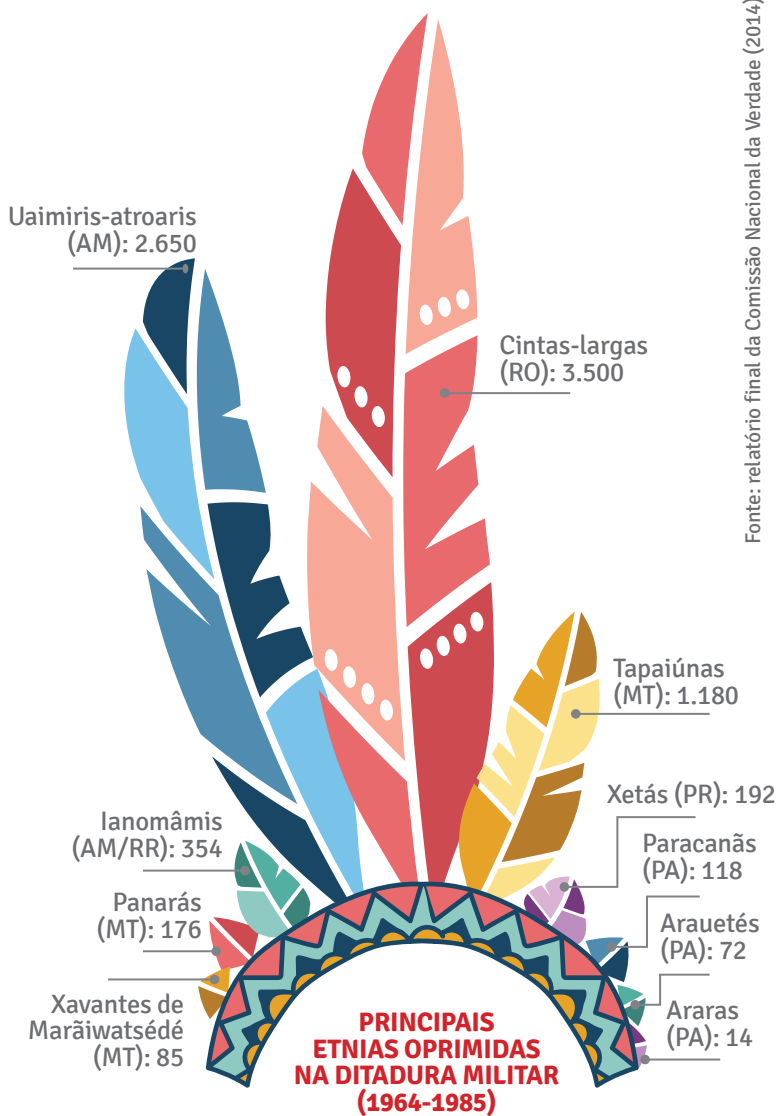


Foto: Fundação Maurício Grabois

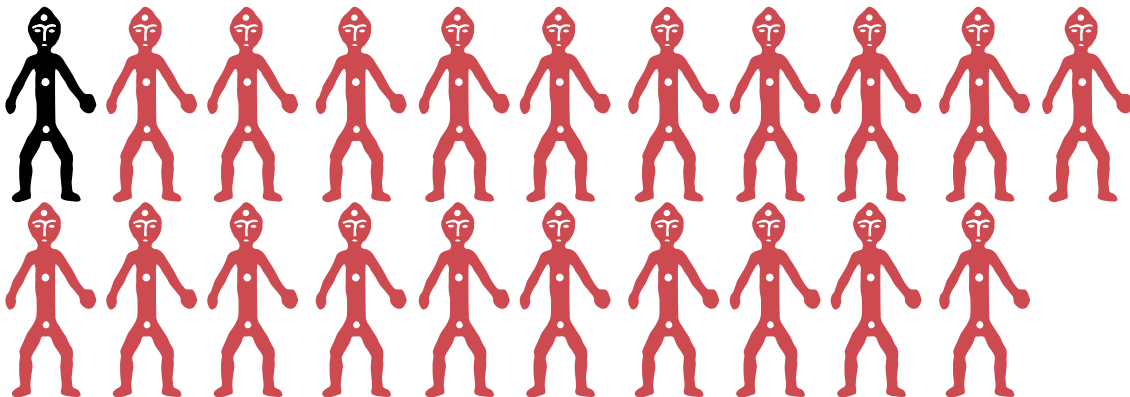
Militares observam guerrilheiros mortos com mãos atadas durante os confrontos no Araguaia, na década de 1970.

UMA VERDADE INCÔMODA



PROPORÇÃO DE INDÍGENAS MORTOS OU DESAPARECIDOS DURANTE A DITADURA MILITAR EM RELAÇÃO A NÃO INDÍGENAS

Foram reconhecidos 434 casos de mortos ou desaparecidos durante a ditadura. Estima-se que, entre indígenas, esse número seja em torno de 8.350. Ou seja, para cada opositor vítima do regime, vinte indígenas sofreram alguma injustiça.



eles não guardavam boas lembranças da imprensa. Alguns anos antes de minha visita, um grupo de jornalistas havia estado na aldeia e acabou publicando entrevistas e fotos sem a devida autorização dos indígenas. Além disso, fazia pouco tempo que uma criança havia morrido afogada em um igarapé próximo, e a aldeia toda se encontrava em luto. Tudo isso é relevante ao lidar com indígenas, cujo tempo é diferente daquele seguido por quem não pertence à cultura deles.

Após breve conversa e apresentação minha a Mairá, junta-se a nós três um senhor baixo, de ar sisudo, vestindo camisa aberta e óculos de grau com lentes marrons. É Umasu Suruí, um dos torturados por militares durante o combate à Guerrilha do Araguaia. O velho indígena me olha com desconfiança e fala pouco, mas logo demonstra assertividade ao saber que o arranjo acertado pela Funai era que eu dormisse na escola da aldeia: “*Não está certo. Se quer falar com índio, tem que ficar junto com os ‘índio’*”, determina.

Umasu logo decide onde eu passaria os próximos dias: na residência de sua filha Mueiru Suruí, praticamente do lado oposto à casa de Mairá, contornando a praça central. E é lá que Júnior Bacana me deixa antes de se despedir. A casa de Mueiru é simples, com chão de lajota, sala, dois quartos e um banheiro. A cozinha é adaptada no puxadinho de madeira e sapé nos fundos, com um grande fogão à lenha sobre o chão de terra batida. Apesar de reservada, Mueiru me oferece almoço: arroz, feijão e galinha assada. Essa é a dieta básica dos aikewáras, que cultivam em pequenas hortas e galinheiros o que comem.

Apesar da desconfiança, a curiosidade dos indígenas fala mais alto. Enquanto eu espero o almoço sentado à mesa de madeira rústica, ficam à minha volta Mueiru e Arihêra Suruí, esposa de Umasu. Ambas conversam animadamente no dialeto aikewára (*se’eng eté*, “fala verdadeira”), dirigindo a mim algumas palavras em português. Logo demonstram uma característica típica dos povos tupis: riem com facilidade, especialmente quando percebem minha difi-

culdade em compreender o que me dizem. Para elas, eu era o *kamará*, o não indígena.

USSUWEREKOHIW – A GUERRA

A conversa com Mueiru e Arihêra se estende por mais ou menos uma hora após o almoço. De repente, Umasu bate à porta. Havia se arrumado para a entrevista, vestindo camisa social muito bem passada, o que aumenta seu ar formal. Sentados à soleira da porta da casa de Mueiru, Umasu começa a contar o primeiro contato dos militares com os indígenas, ainda em 1971, quando alguns militares vasculharam a região à paisana atrás dos guerrilheiros: “*O Exército andou aqui na mata primeiro, só entrando na aldeia... Não havia essa estrada aqui. (...) Nós estava trabaiando lá na roça, lá na aldeia veia. Aí o pessoal chegaram lá e nós falamo assim: ‘os kamará tá aqui, o que eles veio fazê aqui?!’. Aí corremo atrás dos kamará e eles entraram no carro e foram embora.*”

Ao perguntar quem eram esses kamarás, Umasu responde: “*Era soldado, com camisa rasgada. Nós pensava que era garimpeiro*”. Relata, então, a brutalidade sofrida com o advento da Operação Papagaio, já em 1972: “*Aí queimou nossa aldeia, lá embaixo. Queimou todinha a aldeia veia. Nós ficamo sem nada*”. A aldeia velha ficava a 5 km da atual Sororó, quando os aikewáras eram em torno de cinquenta indivíduos. Umasu continua:

“*Aí o padre falou prá mim: ‘Umasu, pega esta cartinha e este dinheiro pra comprar coisa pra vocês’*”. O padre era o frei dominicano Gil Gomes Leitão, importante figura nos primeiros contatos dos aikewáras com a civilização, nos anos 1950, trabalhando por anos pelos interesses da aldeia. Graças aos esforços de frei Gil junto a órgãos estaduais, o então presidente Artur da Costa e Silva decretou uma primeira demarcação do território suruí. Posteriormente, o frei se opôs ao emprego dos indígenas como guias pelos militares, o que lhe rendeu ameaças de prisão.

Continuando seu relato, Umasu explica como a violência dos militares se estendia também à população local, ao chegar a São Domingos do Araguaia para comprar mantimentos, conforme instruções de

**“Queimaram
nossa comida. (...)
Queimaram as casa e
a gente tinha que dormir
do lado de fora, na terra. Nós
pegou chuva, frio, calor... (...)
Os soldado ameaçava matar
criança se chorasse.”**

– Umasu Suruí

frei Gil. “Eles começou a pegar o pessoal. Pegou um cara e amarrou com corda aqui no pescoço. E na hora que cheguei lá, perguntei: ‘que negócio é esse, rapaz?’. Ele [soldado] respondeu: ‘É pra nós saber dos terrorista. Nós pode matar à vontade’. E eu falei que não podia e cortei corda, e fui dar água na boca dele [morador].” O relato de Umasu reforça denúncias de que a população cabocla da região também sofria abusos. A maioria, contudo, ainda espera por reparações do Estado.

Umasu detalha como seu povo sofreu momentos de terror durante a presença dos militares na aldeia. “Eles num deixava nós roçar. Não podia caçar, não podia pegar castanha, nada. Queimaram nossa comida. (...) Queimaram as casa e a gente tinha que dormir do lado de fora, na terra. Nós pegou chuva, frio, calor... (...) Os soldado ameaçava matar criança se chorasse”. Devido aos maus tratos, a esposa de Umasu, Arihêra, abortou em sua quinta gravidez. Houve outros casos de aborto e de morte prematura de recém-nascidos durante esse período, conforme o volume três do relatório final da CNV.

As sequelas do episódio permaneceram por muito tempo, conforme alega Umasu: “Nóis não conseguia mais dormir. Qualquer barulho de avião que nós ouvisse pensava que era soldado. Nóis não conseguia trabalhar, voltar a viver”. Quando questionado se receberam apoio financeiro ou psicológico do Estado durante os trinta anos seguintes, Umasu foi enfático: “Não, nenhum”. Esse silêncio do Estado iniciou-se com as Forças Armadas, que, nos documentos referentes à Guerrilha, não citam o uso dos indígenas nas operações, segundo a CNV.

Após concluir seu relato, Umasu me leva à casa de Api Suruí, seu vizinho, também anistiado pelo Estado. De ar tranquilo, Api acabara de voltar da colheita de castanha-do-pará e conversa comigo no quintal aos fundos de sua casa, ao lado de uma garagem com uma motocicleta e equipamento de serralheria. Nas palavras de Api, fica clara a conivência da Funai para com os abusos praticados por militares no período. “Até o pessoal da Funai tava aqui já. (...) Aí o pessoal da Funai falou que nós podia mostrar o mato pra eles [militares].”

Api Suruí não tem dúvidas da colaboração da Funai para com os militares.



Segundo Tawé Suruí, os militares lhe mostraram fotos de diversos guerrilheiros que buscavam, como a de Osvaldão e a de Dina.



A Funai abriu o Posto Indígena Sororó no final de 1971, quando os militares já estavam na região. Em vez de representar os interesses indígenas, os agentes da Funai ali presentes intermediaram a relação entre aikewáras e militares, recrutando forçadamente homens adultos para servirem de guias. Além disso, não impediram o tratamento cruel que a aldeia sofreu. Alguns dos funcionários da Funai tentavam convencer os indígenas de que esse seria o “preço” para terem suas terras devidamente demarcadas. Até o fechamento desta reportagem, a assessoria de comunicação da Funai não respondeu aos questionamentos sobre sua participação no caso dos aikewáras.

Ainda adolescente, Api foi um dos primeiros escolhidos para servir de guia para os militares. Passavam dias andando pela floresta em condições subumanas, sem receber água nem comida dos soldados, tendo que dormir amarrados, muitas vezes presen-

Agentes da Funai recrutavam forçadamente aikewáras como guias. Diziam que era o preço para terem terras demarcadas.

ciando cenas de horror que marcariam a memória pelo resto de suas vidas. Como um aldeão de meia-idade que foi obrigado a sentar num formigueiro de formiga-do-fogo para contar o que supostamente sabia sobre os guerrilheiros. Api nunca compreendeu por que os militares cometeram tantas atrocidades: “Até hoje nós não sabe pra que teve essa guerra. (...) Nós não entende o que queriam os terrorista”. Tanto “terrorista” quanto “guerra” são palavras inexistentes no idioma aikewára – uma palavra com significado próximo a “guerra”, *ussuwerekohiw*, significa “brigando”.

Outro aikewára obrigado a acompanhar os militares pela floresta foi Tawé Suruí, que também tinha menos de vinte anos à época. Api me leva à residência de Tawé, mais afastada da aldeia Sororó. Percorremos uma trilha pelo mato, acompanhados por crianças curiosas. Diferentemente das construções localizadas na aldeia principal, a casa de Tawé é mais simples, de ma-

deira, com teto de palha e chão de terra batida. Sob a sombra de uma grande laranjeira, amontoam-se cascas de castanha-do-pará, sinal de que a colheita tem sido boa. É ali que sentamos para conversar com Tawé. Ele explica por que os indígenas que acompanharam os militares nas incursões pela floresta não protestavam ao ver as torturas cometidas contra os camponeses: *“Fala o quê pra eles [militares]? Se nós abrisse a boca, com certeza iam fazer com nós do mesmo jeito. Então fiquemo só oiando”*.

Tawé conta que, em determinado momento, os soldados mostraram as fotos dos guerrilheiros que estavam procurando: *“É esse aqui que nós tamo*

do que fez isso. (...) Nós foi agredido e levaram nós à força. E depois culparam nós, disseram que quem fez essa caçada foi nós. Não foi índio, nós foi agredido, passemos fome. O que nós podia fazer?”.

Há polêmica sobre a participação efetiva dos aikewáras quando os militares enfrentaram os guerrilheiros. Eles alegam não ter-se envolvido diretamente nos confrontos nem de ter decepado combatentes mortos – prática adotada por militares e camponeses para provar, ao comando da região, quais guerrilheiros haviam falecido na floresta. Iara Ferraz, antropóloga que passou mais de trinta anos trabalhando com os aikewáras, confirma a versão

TORTURA SILENCIOSA

Ainda hoje, não se tem certeza da extensão da repressão sobre povos indígenas durante a ditadura militar no Brasil. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, estima que em torno de 8.350 indígenas tenham sido torturados ou mortos durante 1964 e 1985 por agentes do Estado. Ações eram deflagradas especialmente para a ocupação de terras indígenas, seja para a construção de obras públicas, como a Transamazônica, seja para a apropriação dessas terras por indivíduos ou empresas ligados ao poder.

Aos poucos, toma-se conhecimento de di-

procurando”, diz Tawé, imitando a voz do soldado, *“(...)’ esse retrato bem aqui’ (...) diz que era o mandante, Osvaldão... as mulher, a Diná, a Valquíria e a outra que não sei como é o nome... e os outro home: Jaime, Josias... era muita gente”*. Além da humilhação pela qual passaram, os aikewáras sofreram outros tipos de agressão nos anos seguintes, como o abandono do Estado e a acusação injusta de que ajudaram os militares. A imagem de colaboracionistas persiste até hoje, como conta Tawé, ao ler uma matéria de jornal em Brasília, quando viajou para participar de sessão da Comissão da Anistia: *“Tava escrito lá no jornal que fomo nós. Eu disse que não, que foi solda-*



Foto: André Campos

Edifício em que funcionou o Reformatório Krenak, em Resplendor (MG). Outro similar foi criado em Carmésia (MG).

dos aikewáras: *“Quando começava o tiroteio, eles [aikewáras] fugiam”*. Sueli Aparecida Bellato, ex-vice-presidente da Comissão de Anistia, ressalta que, durante o processo de anistia dos aikewáras, outras pessoas foram ouvidas – como ex-guerrilheiros, ex-militares e camponeses – e ninguém contestou a versão dos indígenas. Carlos Hugo Studart Corrêa, doutor em história pela Universidade de Brasília (UnB), atesta que não há como afirmar que os aikewáras participaram da morte e decapitação de guerrilheiros e que, se o fizeram, foi por coerção dos militares. Micheas Gomes de Almeida, o Zezinho do Araguaia, ex-guerrilheiro do

Araguaia e hoje militante do PCdoB, resume bem a visão dele sobre o caso: “*Os índios foram vítimas como nós, sofreram junto*”.

Já anoitecia quando Api e eu chegamos à casa de outro torturado que se encontrava na aldeia Sororó: Marahy Suruí. Muito idoso, acabou por contrair tuberculose pelas incursões em que era obrigado a ir com os militares, sem comer por dias e dormindo no chão molhado da selva. Outra seqüela foi a perda significativa da audição. É Api e a esposa de Marahy, Saiw’í Suruí, que me ajudam a me comunicar com o velho indígena, que, em vários momentos da conversa, imita o som de metralhadora.

versas atrocidades. É o caso dos ditos centros para reabilitação de indígenas: o Reformatório Krenak, em Resplendor, e a Fazenda Guarani, em Carmésia, ambos em Minas Gerais. Indígenas eram arbitrariamente recolhidos para esses centros, onde sofriam barbaridades visando à reintegração à sociedade.

Também em Minas, foi criada a Guarda Rural Indígena (Grin). A ideia era formar indígenas para policiar indígenas, o que redundou em poder paralelo que paulatinamente saiu do controle do Estado. Após quatro anos, foi extinta. Um fato interessante foi o filme amador gravado por Jesco von Puttmaker durante a primeira formatura da Grin, em que, durante desfile, um indígena foi exibido em um pau de arara perante o governador do estado, Israel Pinheiro.

Segundo contam, Marahy reclamava constantemente dos maus tratos. Os soldados se recusavam a fornecer alimento ou rede para dormir, além de Marahy ter que carregar todo o equipamento dos militares. Como punição, por diversas vezes, os soldados apoiavam suas metralhadoras nos ombros de Marahy e disparavam as armas, como que para treinar pontaria. O ruído dos disparos muito próximos aos ouvidos teria deixado Marahy praticamente sem audição. A surdez do velho indígena não é maior do que a da sociedade. Segundo Iara Ferraz, antropóloga que passou mais de trinta anos trabalhando com os aikewáras, eles só seriam citados por

algum jornal de grande circulação anos mais tarde, em 1996, quando foi criada a primeira comissão para buscar corpos sepultados clandestinamente na Terra Indígena Sororó.

A CARAVANA DA ANISTIA

“*É cidade bonita... diferente, né? Tudo grande*”, comenta Tawé sobre sua experiência em Brasília. Ele foi um dos seis aikewáras presentes no julgamento da Caravana da Anistia que concedeu a catorze indígenas a condição de anistiado político, além de serem indenizados em 120 salários mínimos. O julgamento ocorreu em 19 de setembro de 2014, no



Imagem: Jesco von Puttmaker

Cena do filme *Arara*, de Jesco von Puttmaker: indígena é carregado em pau de arara por soldados da Grin durante formatura da primeira turma da Guarda Rural Indígena, em fevereiro de 1970, na presença do governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, e do ex-vice-presidente da República José Maria Alkmin. Único registro conhecido de tortura em evento oficial no Brasil.

Salão Negro do Ministério da Justiça, em Brasília. Foi um longo caminho percorrido pela aldeia, que começou com a primeira comissão, formada em 1996, para buscar corpos de guerrilheiros sepultados clandestinamente. Desde então, formaram-se outras seis comissões com o mesmo objetivo. Se, por um lado, as buscas pouco encontraram na Terra Indígena Sororó – restos mortais de duas pessoas e um par de molares, até hoje não identificados –, por outro, foi encontrada a história dos aikewáras há muito esquecida, fundamental para entender a Guerrilha do Araguaia e seus desdobramentos.



Julgamento promovido pela 87ª Caravana da Anistia sobre o caso dos aikewáras, ocorrido no Salão Negro do Ministério da Justiça, em Brasília, em 19 de setembro de 2014.

Questionado sobre o caso dos aikewáras, o centro de comunicação social do Exército informou que nada consta em seus arquivos sobre o tema. Pelo visto, o silêncio sobre as mazelas da comunidade indígena ainda vigora em alguns setores da sociedade.

Em novembro de 2012, a Comissão de Anistia realizou audiência pública em Marabá, para ouvir indígenas e camponeses. Em maio de 2014, foi entregue à CNV um relatório sobre as torturas sofridas pelos aikewáras, com participação de dois indígenas na elaboração do documento. Em setembro do mesmo ano, ocorreu o julgamento. Desde então, todos os aikewáras julgados já receberam a indenização. A maioria decidiu gastar o dinheiro com itens de consumo, como eletrodomésticos ou carros, ou

Em setembro de 2014, quarenta anos após os fatos, foi determinada a indenização de 120 salários mínimos para catorze aikewáras pela Caravana da Anistia

repartir com filhos e netos. Os indígenas ainda reclamam da falta de medicamento, saneamento, oportunidade de emprego para os mais jovens e infraestrutura. O aumento gradual da população, todavia, indica que, se não estão em condições ideais, o “povo daqui” vem vencendo os desafios da modernidade.

Quase um ano após minha ida ao Pará, resolvo ligar para Júnior Bacana para saber como ele está. Em nossa breve conversa, percebo que pouco mudou: Bacana ainda passa eventualmente na casa de Dona Rosa para tomar suco, sonha com as pescarias que fará após se aposentar e ainda visita os aikewáras. Assim como no caso dos indígenas e de Bacana, ainda persistem muitas questões a respeito da Guerrilha do Araguaia. Talvez um dia isso mude.